



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓
ES
M

ATA NÚMERO SEIS

ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 4.ª sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de onze de junho do corrente ano com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

3. Período da Ordem do Dia:-----

3.1. Apreciação e votação das atas n.ºs 3, 4 e 5/2014;-----

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----

3.3. Oficialização do Hino da Maia;-----

3.4. Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social;-----

3.5. Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia;-----

3.6. Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrate de doação;-----

3.7. Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferências, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia;-----


3.8. Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca;-----

3.9. Criação da figura do Provedor Municipal dos Municípios da Maia; Estatuto do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia; Regulamento de funções do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia, proposta de aprovação de uma personalidade para ser eleita Provedor Municipal pela Assembleia Municipal da Maia;-----

3.10. “Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;-----

3.11. Relatórios e Contas 2013 – Fundos Especiais de Investimento.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que, sendo estas sessões públicas, e segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para a mesma se organizar. Deu nota do seguinte pedido de substituição: o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, do Partido dos Animais e da Natureza tinha solicitado a suspensão do mandato por um período de noventa (90) dias, sendo substituído pela Senhora Deputada Maria Clara Costa Lemos; O Senhor Deputado Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira, da Coligação “Sempre pela Maia” tinha solicitado a sua substituição para esta sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Cátia Daniela Maia da Silva; o Senhor Deputado



do Partido Socialista, Adão Fernando Batista Bastos tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pelo Senhor Deputado Edgar Pinheiro de Castro Rocha; a Senhora Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, da CDU, tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituída pelo Senhor Deputado Alberto Luís Ferreira Neto; o Senhor Deputado do Partido Socialista, Pedro Miguel Monteiro Martins tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Carla Susana Ferreira Dias. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **1 a 5**. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados convocados.-----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal:-----

-----Inscreveram-se os Senhores Deputados:-----

Edgar Pinheiro de Castro Rocha cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **6**.-----

Silvestre Santos Gomes Pereira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida os documentos – Moções - identificados com os números **7 e 8**.-----

Pedro Miguel Neves Ferreira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **9**.-----

António Manuel Santos Teixeira cumprimentou todos os presentes, afirmando que decorreram entre os dias 16 e 18 de maio, em vinte lugares da capital, os campeonatos nacionais de desporto escolar. Estes realizaram-se pela primeira vez de forma concentrada e tiveram a participação de cerca de três mil alunos. O Agrupamento da Escola Secundária de Águas Santas não deixou mais uma vez os “seus créditos por mãos alheias” e sagrou-se vencedor em duas modalidades: boccia e dança, enchendo de orgulho os maiatos e em particular todos os aquisantenses. Pelo trabalho já desenvolvido, pelos resultados e pela projeção que alcançaram, granjeando o respeito e a admiração de toda a comunidade escolar, entendiam que estes jovens deviam ser dignos de louvor, passando de seguida à leitura dos votos de louvores, identificados com os números **10 e 11**.-----

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento – voto de louvor - identificado com o número **12**.-----

Joaquim Silva Azevedo Sousa cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento – voto de louvor - identificado com o número **13**.-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva prescindiu do uso da palavra.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor aos seniores do Futebol Clube de Pedras Rubras, do Deputado Independente por Vila Nova da Telha, identificado com o número **13**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor a todos os atletas que alcançaram lugares de pódio na época desportiva 2013/2014 bem como às associações a que se encontravam associados e a todos os alunos que alcançaram lugares de pódio no ano escolar 2013/2014 bem como às respetivas escolas, da Coligação “Sempre pela Maia”, identificado com o número **12**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Boccia da Escola Secundária de Águas Santas, do Partido Socialista, identificado com o número **10**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----


---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, também designado por “Alma Mater Artis”, do Partido Socialista, identificado com o número **11**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão a moção “Cortar na educação é afundar o país e comprometer o futuro”, do Bloco de Esquerda, identificada com o número **8**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que o Grupo Parlamentar da Coligação “Sempre pela Maia” votaria contra esta moção, não porque não concordava em declarar a importância



decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção de um país com futuro mas lamentava alguma demagogia política utilizada com o encerramento de algumas escolas do primeiro ciclo quando se pedia que se manifestasse solidariedade às populações e municípios visados quando era público que a esmagadora maioria dos municípios onde houve encerramento, até concordaram com o mesmo. Era pouca a argumentação dada para votarem favoravelmente, entendendo que as escolas tinham que ter alunos para funcionar e sustentar escolas abertas, mas sem alunos, era um erro de gestão que o país não podia nem devia suportar. O município da Maia, por força da sua demografia e também do sábio investimento que tinha feito na área da educação, não tinha nenhuma escola do primeiro ciclo a ser encerrada.-----

Silvestre Santos Gomes Pereira pediu a palavra para prestar esclarecimento: o Bloco de Esquerda não tinha nada contra a posição da Coligação “Sempre pela Maia” – que era a do Governo – mas chegaria a vez da Maia, tendo aliás já “batido” levemente. Afirmou que não eram assim tão poucos os municípios que se pronunciaram, estando alguns em “pé de guerra” com o Governo, citando o caso de Viseu, onde fechariam escolas com mais de vinte alunos. O Bloco de Esquerda pensava que esta moção seria pacífica porque apenas se pedia a solidariedade para com os municípios/populações visados porque, no futuro, a Maia também iria precisar da solidariedade de outros municípios.-----

---- Posta à votação a moção, foi a mesma **rejeitada com vinte e seis (26) votos contra da Coligação “Sempre pela Maia”, com dezasseis (16) votos a favor do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária, do Bloco de Esquerda e do Independentes por Vila Nova da Telha e uma (1) abstenção do Partido dos Animais e da Natureza.**-----

---- Posta à admissão a Moção “Por finanças municipais que sirvam as populações / Pela autonomia e responsabilidade do poder local”, do Bloco de Esquerda, identificada com o número 7, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade.**-----

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, começando por esclarecer que a nova Lei das Finanças Locais era a Lei número setenta e três de dois mil e treze, de 3 de setembro; informou que estava em apreciação no Parlamento a Lei número duzentos e trinta e dois/XII, parecendo assim oportuna esta moção e que a Coligação votaria sempre

favoravelmente todas as moções que mostrassem que esta Assembleia Municipal devia insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais, bem como manifestar discordância com a imposição aos municípios de assumirem setenta por cento da realização do capital social do FAM (embora fosse um valor em fase de apreciação) e com a prevista subtração até um vírgula oito por cento, durante cinco anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no IUC e IMI.-----

---- Posta à votação a moção foi a mesma aprovada por **unanimidade**.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, cumprimentou todos os presentes, associando-se, em primeiro lugar, em seu nome e da Câmara Municipal, aos votos de louvores já aprovados pela Assembleia Municipal; relativamente à Cooperzoo esclareceu que a Câmara Municipal, com uma percentagem reduzida no capital da cooperativa, ainda não tinha recebido o relatório da auditoria solicitada pela Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia, não podendo assim pronunciar-se. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, relativa aos transportes públicos, solicitou que lhe fosse entregue uma cópia da sua intervenção para apreciação e, oportunamente, a Câmara Municipal valer-se-ia dessa argumentação junto da STCP. Relativamente à preocupação da concessão/privatização da STCP, este era um assunto que estava a ser analisado no âmbito do Conselho Metropolitano do Porto, estando a Câmara Municipal atenta e iria fazer valer as suas razões quer em sede deste Conselho quer junto do Governo.-

2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

---- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor José Augusto Soares Machado, residente na Rua Central do Carvalhido, n.º 1063, na freguesia de Moreira, que interveio para falar sobre resíduos urbanos e que enquanto prestador de um serviço (separação do lixo e manutenção/limpeza dos contentores) não auferia nenhum benefício, pagando inclusive mais consumo de água, conforme documento identificado com o número 14.-----

----- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor José Alberto da Silva Sereno, residente na Rua Manuel Pinto Azevedo, n.º 187, r/ch, na freguesia de Pedrouços, que interveio para falar sobre ambiente e o campo de treinos do Pedrouços Atlético Clube, conforme documento identificado com o número 15.---

----- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor Armindo Silva Moutinho, residente na Rua da Cabreira, 110, na freguesia do Castelo da Maia, que interveio para falar o encerramento da passagem pública em Barca e a invasão territorial de Vermoim sobre Barca, nomeadamente na Urbanização Monte Xisto conforme documento identificado com o número 16.-----

3. Período da Ordem do Dia:-----

3.1. Apreciação e Votação das atas n.ºs 3, 4 e 5/2014.-----

----- As atas n.ºs 3, 4 e 5/2014 foram aprovadas por maioria, com duas (2), quatro (4) e seis (6) abstenções, sendo estas dos senhores deputados ausentes das respetivas sessões.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, solicitou à Mesa a retirada dos pontos “3.3 Oficialização do Hino da Maia” e “3.9. Criação da figura do Provedor Municipal dos Municípios da Maia; Estatuto do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia; Regulamento de funções do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia, proposta de aprovação de uma personalidade para ser eleita Provedor Municipal pela Assembleia Municipal da Maia”.-----

----- Posta à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, a retirada dos pontos 3.3 e 3.9. da Ordem de Trabalhos.-----


3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), documento identificado com o número 17:-----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

António Ferreira Neto Taveira cumprimentou os presentes, registando relativamente à informação do Senhor Presidente que houve uma evolução no tipo de informação prestada. De seguida, colocou algumas questões – algumas já referenciadas em sessões anteriores - relativas às novas instalações do

Tribunal já que com a nova reforma dos tribunais, em setembro, haveria alterações na competência territorial e administrativa de alguns; sobre a manutenção dos empreendimentos sociais, questionou novamente quais os empreendimentos (todos ou só alguns), quais as medidas a serem tomadas, para quando e que tipo de manutenção iria ser feito; sobre as SCUT'S, questionou se relativamente às que penalizavam a Maia, se já havia alguma consequência com resultados positivos de tantas visitas de Ministros e de Secretários de Estado ao município maiato; por último questionou em relação aos pisos sintéticos dos campos desportivos, se havia concurso público e para quando estava projetado o seu início, para deixar de ser apenas uma promessa eleitoral.-----

Ana Maria Fernandes Leite cumprimentou os presentes, e relativamente ao anexo que dava conta da situação financeira do município, mais concretamente, da situação financeira do Tecmaia, o endividamento desta empresa com impacto de nove, quinze por cento no total do endividamento do município era preocupante; no último Relatório de Gestão e Contas verificou-se que o Tecmaia encontrava-se numa situação financeira grave com valores elevados de endividamento, sendo preocupante o seu futuro, sendo preocupante para a competitividade do município maiato bem como para a manutenção e criação de postos de trabalho; no ponto três do Relatório era feita alusão à banca, sendo referido que, para colmatar esta situação financeira, haviam sido levadas a cabo um conjunto de diligências no sentido de implementar um acordo com os bancos credores para solver a totalidade da dívida; também neste documento era dado conta que a implementação do referido acordo estaria concluída entre abril e maio do presente ano; ainda no mesmo documento, nos pontos dezanove ponto um e dezanove ponto dois, relativas à aprovação das demonstrações financeiras, era referido que estavam a ser avaliados cenários alternativos da aplicação da Lei cinquenta de dois mil e doze, de forma a não interferir e a não por em causa o funcionamento e a existência do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia. Face a todo o exposto, questionava a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, sobre o ponto de situação da implementação do acordo já mencionado, que medidas estavam a ser tomadas para a manutenção e solvabilidade do Tecmaia e que cenários alternativos estavam a ser estudados caso este acordo não se venha a verificar. -----


O Senhor Vice-Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, relativamente às questões

levantadas pelo Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira respondeu o seguinte: em relação às novas instalações do Tribunal da Maia foi aberto pelo Ministério da Justiça um concurso público, tendo sido apresentado uma proposta, que era a do Pólo dos Serviços Públicos, adjacente ao Fórum da Maia, estando a decisão final, neste momento, nos seus últimos procedimentos, designadamente em termos de autorização por parte do Ministério das Finanças para celebrar o contrato de arrendamento; relativamente aos empreendimentos sociais de habitação, repetiu exatamente o que tinha dito na última sessão da assembleia municipal: quais os empreendimentos? Todos os que necessitem de obras de manutenção/conservação; quando? Durante o presente mandato; como? Com as obras tecnicamente recomendáveis para resolver alguns problemas de conservação e manutenção exterior assim como interior, que rondavam o valor de catorze milhões de euros. Como era expresso na informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal estava em avanço o concurso público para a eficiência energética e, neste momento, os serviços técnicos e jurídicos da empresa Espaço Municipal estavam a preparar os primeiros concursos para as manutenções dos primeiros empreendimentos. Relativamente aos sintéticos, lembrou que o município maiato possuía seis estádios e todos os campos de futebol estavam dotados de relva sintética ou natural à exceção do campo de treinos de Pedrouços, do campo de futebol de Milheirós. A Câmara Municipal estava a lançar os concursos públicos para a concretização do relvado sintético do campo de treinos de Pedrouços, no campo de futebol de Milheirós, no campo de treinos do Estádio Municipal Prof. Vieira de Carvalho (substituir o sintético por um novo) e também a substituição no Estádio Municipal do Castelo da Maia da relva natural por sintética. Em alguns dos casos citados, também os balneários iriam ser alvo de obras como era o caso no campo de treinos do Pedrouços, sendo já do conhecimento da direção do clube; quanto à questão da Senhora Deputada Ana Maria Fernandes Leite sobre a dívida de nove milhões de euros, o que a Câmara estava neste momento a desenvolver conjuntamente com a Tecmaia, era a aquisição de dois lotes (I e IV) do Parque, transformando a dívida existente à banca numa compra por parte da Câmara Municipal destes dois lotes para depois a Tecmaia poder solver, por essa via, a dívida existente. O processo aquisitivo estava no Tribunal de Contas para análise e respetivo visto. Se porventura não for

visada, terá que ser encontrado um plano B, que poderá passar pela alienação de lotes a terceiros interessados ou à banca, que já se mostrou recetiva. Finalizou, afirmando que gostaria que a Senhora Deputada tivesse falado dos benefícios, do lado risonho da consolidação e da potencial estabilidade económica financeira que a Câmara Municipal exhibia, quer em termos de pagamento a vinte e oito dias por média quer no ritmo de desaceleração de decréscimo acentuado em termos de dívida. -----

3.4. Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social:-----

---- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores:-----

Pedro Miguel Neves Ferreira leu o documento identificado com o número 18.-----

Susana Filipa Coelho Rafael leu o documento identificado com o número 19.-----

---- Posta à votação a proposta de “Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social”, **foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

3.5. Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão de Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia:-----

---- Posta à votação a proposta de “Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão de Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

3.6. Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrate de doação:-----

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **Silvestre Santos Gomes Pereira** afirmando que quando os terrenos foram doados ou cedidos para o efeito, colocaram algumas reticências, sabendo qual o grupo que estava na retaguarda, que era o Grupo SLN e o BPN; infelizmente, tudo se confirmou tal como o Bloco de Esquerda tinha previsto em relação ao futuro deste projeto. Já que a Câmara Municipal estava a retomar os terrenos, gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente tinha alguma informação qual o fim a dar aos terrenos em causa.-----

O Senhor Vice-Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, em resposta ao solicitado informou que a Câmara Municipal não tinha a ver com o Grupo, salientando que pelo Bloco de



Esquerda nunca foi apresentada nenhuma outra alternativa e que todas as sugestões seriam bem acolhidas pela Câmara Municipal. Para finalizar, informou que a Câmara Municipal tinha uma proposta da Universidade do Porto mas não poderia adiantar muito mais.-----

----Posta à votação a proposta de “Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrato de doação”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

3.7. Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferência, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia:-----

---- Posta à votação a proposta de “Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferência, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia”, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e Independentes por Vila Nova da Telha, dois (2) votos contra do Bloco de Esquerda e catorze (14) abstenções do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Partido dos Animais e da Natureza.-----

António Ferreira Neto Taveira pediu a palavra para fazer a declaração de voto: “Não põem em causa o interesse público desta iniciativa e desta medida aqui agora aprovada mas consideram que muitas dúvidas sobre o seu enquadramento legal e da sua fundamentação. Não tivemos tempo para aprofundar, não tivemos tempo para abordar e analisar com profundidade e uma proposta como esta. Não pomos em causa a iniciativa que a Câmara tomou, hesitámos muito entre a abstenção e o voto contra, mas por considerarmos que é uma matéria que no plano jurídico implicava alguma análise da nossa parte, não tivemos outra solução senão votar contra”.-----

3.8. Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o

apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca:-----

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **Silvestre Santos Gomes Pereira** para afirmar que, embora estando de acordo com esta proposta de atribuição de subsídio para a realização de obras nos citados edifícios, questionava o futuro deles, porque embora tenha sido feita uma reforma administrativa, reduzindo o número de freguesias de forma substancial com o voto contra do Bloco de Esquerda e que em termos de poupança não parecia ter ocorrido nenhuma e como os serviços continuam a ser feitos nos mesmos edifícios, mesmos nas agregadas, na opinião do Bloco de Esquerda de pouco serviu a reforma administrativa. Gostaria de saber ainda, em termos de futuro, se vão manter em todos os edifícios as mesmas valências. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, salientou que era um problema e da responsabilidade de cada freguesia, não podendo a Assembleia Municipal interferir neste assunto.-----

----Posta à votação a proposta de “**Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca**”, foi a mesma aprovada unanimidade.-----

3.10. “Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:-----

----- Posta à votação a proposta de “**“Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia**”, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e três (23) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, CDU, BE, PAN e Independentes por Vila Nova da Telha e dez (10) votos contra do PS.-----

3.10. Relatórios e Contas 2013 – Fundos Especiais de Investimento:-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua

elaboração definitiva. -----

----- E sendo vinte e três horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de junho do corrente ano, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Emília de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos

Resende. -----

O Presidente:  -----

A 1.ª Secretária:  -----

A 2.ª Secretária:  -----

Sandra Martins

De: h lder ribeiro [ribeirohelder@sapo.pt]
Enviado: quinta-feira, 12 de Junho de 2014 14:44
Para: assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Pedido Suspensão Mandato
Anexos: Pedido de Suspensão de Mandato HR PAN 2014.06.12.pdf

Importância: Alta

Exmo. Senhor
Mui Digno Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Senhor Luciano da Silva Gomes

Para os devidos efeitos, envio em anexo pedido de suspensão de mandato cujo original farei chegar a V.  Excia pelas vias normais.

Sem outro assunto de momento, aproveito para apresentar a V.  Excia os meus melhores cumprimentos.
Hélder Ribeiro

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada n  57

Em 13/06/14



Exm.º Senhor

Mui Digno Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Senhor Luciano da Silva Gomes

Assunto: Pedido de Suspensão de Mandato, Helder da Costa Pereira Ribeiro – PAN

Helder da Costa Pereira Ribeiro, Deputado eleito pelo Partido Pelos Animais e Pela Natureza – PAN, Mandato 2013/2017, vem muito respeitosamente junto de V.ª Excia, pela presente, apresentar pedido de suspensão do mandato desde hoje e por um período previsível de 90 dias, ao abrigo da alínea c), do art. 10º, do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Sem outro assunto de momento, aproveita o ensejo para endereçar a V.ª Excia, às Digníssimas Senhoras Secretárias da Mesa e a toda a Assembleia Municipal votos de bom trabalho e os melhores cumprimentos.

Maia e Paços do Concelho, 12 de junho de 2014



(Helder da Costa pereira Ribeiro)



Sandra Martins

De: Hélder Oliveira [helquintas@hotmail.com]
Enviado: quinta-feira, 12 de Junho de 2014 18:18
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: RE: 3.ª Sessão Ordinária (Pedido de substituição)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,



Devido ao facto de estar ausente da Maia, no dia 25 de junho de 2014, por motivos profissionais, venho, por este meio, solicitar a minha substituição, nos termos regimentais, na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia.

Agradecendo, desde já, a melhor atenção de V. Exa., bem como o deferimento da solicitação feita, aproveito o ensejo para apresentar os meus melhores cumprimentos e protestos da minha mais elevada consideração.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

From: assembleia@cm-maia.pt
CC: adao.fernando.bastos@gmail.com; sampaioac@gmail.com; anamariafleite@gmail.com; antonio.oliveira.silva@gmail.com; anetotaveira@gmail.com; amstteixeira@gmail.com; baltazarferreira@gmail.com; candido.graca@netcabo.pt; cmpa.pt@gmail.com; carlosavieira@iol.pt; ccastro.arg@gmail.com; emilia.santos@psd.parlamento.pt; fatima.garcia.advgd@sapo.pt; helquintas@hotmail.com; ribeirohelder@sapo.pt; jvstorres@gmail.com; joaquimfaraujo@gmail.com; azevedo2@gmail.com; joaquim.farinhabastos@gmail.com; jorge.georgis@gmail.com; 1955sarmiento@gmail.com; andrade.ferreira.59@gmail.com; jmas.jmas@hotmail.com; lucianogomesfolgosa@gmail.com; luiscandidodesousa@sapo.pt; manuel.oliveira.eu@gmail.com; mcmcarvalho@sapo.pt; gerencia@agraclub.com.pt; advmarciapassos@gmail.com; malexandratorres11542p@gmail.com; madalenanogsantos@gmail.com; marisatribeiro@hotmail.com; olga_vfreire@hotmail.com; psfr310@gmail.com; p3ms@net.sapo.pt; pedrommarques-8492p@adv.oa.pt; pedroferreira21@gmail.com; rfaoliv@hotmail.com; silvestrepereira1@hotmail.com; profe.susanapinho@gmail.com; filipa.c.rafael@gmail.com; vitorlealves@gmail.com; vitorfontes.psd@gmail.com
Subject: 3.ª Sessão Ordinária
Date: Wed, 11 Jun 2014 19:16:40 +0100

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **3.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **25 de junho**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

Oportunamente serão enviadas as convocatórias via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 56

Em 12/06/14

Sandra Martins

De: Adão Bastos [adao.fernando.bastos@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 20 de Junho de 2014 10:37
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Cc: 'João Torres'; jvstorres@clix.pt
Assunto: RE: 3.ª Sessão Ordinária

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 68

Em 20/06/14

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Na sequência da convocatória para a 3ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de Junho, informo que por motivos particulares/familiares não poderei estar presente.

Desta ausência estou a dar conhecimento ao líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, deputado João Vieira Torres.

Solicito a minha substituição nos termos e de acordo com o Regimento em vigor.

Subscrevo-me com os meus respeitosos cumprimentos,

Muito Atentamente

Adão Fernando Batista Bastos
BI/CC 01742468

*Caro Senhor
Presidente da
Assembleia
23/6/14*

De: Assembleia Municipal da Maia [mailto:assembleia@cm-maia.pt]

Enviada: quarta-feira, 11 de Junho de 2014 19:17

Assunto: 3.ª Sessão Ordinária

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **3.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **25 de junho**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

Oportunamente serão enviadas as convocatórias via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Sandra Martins

De: Pedro Ferreira [pedroferreira21@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 20 de Junho de 2014 12:31
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Pedido de Substituição

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Venho por este meio solicitar-lhe a substituição da Sra. Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, nascida em 24/12/1972 e portadora do cartão de cidadão n.º 9896078, para a 3.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de Junho do corrente ano.

Assim, não levantando V. Exa. qualquer objecção, de acordo com os termos da lei, será substituída pelo elemento seguinte na lista à Assembleia Municipal da Maia da CDU, o Sr. Alberto Luís Ferreira Neto, nascido em 22/09/1965 e portador do cartão e cidadão n.º 7423142.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Ferreira
CDU

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 69

Em 20/06/14

*Carroqueiro
o refúgio em luta
reflexão,*

23/6/14

Sandra Martins

De: p3ms@net.sapo.pt
Enviado: domingo, 22 de Junho de 2014 22:11
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Re: 3.ª Sessão Ordinária

Boa noite,

Informo que, por motivos pessoais, não poderei estar presente na 3.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de junho, pelo que peço a minha substituição. Agradecia a confirmação da receção deste e-mail e, caso seja necessária mais alguma coisa, me informem.

Muito obrigado.

Cumprimentos,

Pedro Miguel Monteiro Martins
(Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 73

Em 23/6/14

*Pedro Miguel Monteiro Martins
o representante
23/6/14*

Assembleia Municipal - 25/Junho

Exmo. Snr. Presidente da Ass., secretarias, Pres, Câmara, deputados, vereadores, Digníssimo publico

Em Julho de 2013 foi constituída regis-cooperativa, a Cooperzoo, para autonomizar a gestão do Parque Zoológico da Maia. Houve um grande consenso nessa iniciativa, cabendo à então Junta de Freguesia da Maia e à Câmara Municipal da Maia a representação da parte pública, com maioria significativa no Capital Social, **cabendo 51% à Junta e de 10% à Câmara da Maia**. A **Assembleia Municipal ratificou a participação da Câmara na Cooperzoo**. Esta decisão por **unanimidade** da Câmara da Maia em participar na Cooperzoo foi antecedida de parecer prévio do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal que então o analisou os Estatutos da Cooperzoo.

Como é de conhecimento publico a Cooperzoo iniciou a gestão do parque Zoológico em Outubro de 2013 e uma série de ocorrências, entre as quais o retorno da gestão do Parque Zoológico à Junta de Freguesia da Cidade da Maia. Estes fatos, levaram a que a Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia constituísse Comissão para sua apreciação e análise. O Relatório final desta Comissão foi discutido na última Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia, em 16 de Junho, e este órgão que deliberou, por **unanimidade** e em face de, cito, **"suspeitas de ilegalidades e/ou nulidades que possam ter existido e que existam"** enviar o Relatório e todos os seus Anexos para entidades competentes cuja enumeração caberá à Mesa da Assembleia de Freguesia em conjunto com todas as forças nela representada.

Pelo que antecede e no pressuposto que o referido Relatório e conclusões sejam do conhecimento da Câmara Municipal e em nome do Partido Socialista gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara :

1- Se a Câmara tem sido consultada, conhece e tem posição sobre o que se tem passado com a Cooperzoo e tem já alguma posição sobre o referido Relatório;

2- Qual a posição da Câmara quanto ao desenvolvimento futuro do Zoo da Maia e sua sustentabilidade ambiental e económico-financeira.

Tenho dito



Assembleia Municipal da Maia

Moção

Por finanças municipais que sirvam as populações Pela autonomia e responsabilidade do poder local

As autarquias locais, pela proximidade no terreno e pelos importantes serviços prestados às populações, deviam ter as suas competências alargadas e passar a ter mais recursos financeiros. As cidadãs e os cidadãos deviam ver melhoradas as possibilidades de participação nos órgãos autárquicos, a democracia local devia ser reforçada, a instituição das Regiões Administrativas devia ser entendida como um instrumento decisivo na coesão do território nacional e no combate ao desperdício de recursos públicos. Mas como é sabido, a legislação ultimamente produzida não vai nestas direções, antes acentua o centralismo e o desrespeito pela autonomia do poder local.

A nova lei das finanças locais (Lei nº ⁷³75/2013, de 3 de Setembro) previu a criação dum Fundo de Apoio Municipal (FAM) visando a recuperação dos municípios que se encontrem em rutura financeira. Assim foi elaborada pelo governo a Proposta de Lei 232/XII - regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentação do FAM.

A proposta de regulamentação deste FAM está a gerar controvérsia. Vários municípios e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) têm, justamente, chamado a atenção para a inaceitável ideia da participação do Estado ser de apenas 30% na realização do capital social de 650 milhões € do novo fundo. Também a prevista subtração a todos os municípios, independentemente da sua gestão financeira ter sido cuidadosa ou não, duma participação coativa para o FAM, não se afigura nem solidária nem justa.

Estando a referida proposta de lei nº 232/XII a ser apreciada pelo parlamento, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Junho de 2014, delibera:

- Insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais;**
- Exprimir o seu desacordo com a imposição aos municípios, prevista na Proposta de Lei nº 232/XII, de assumirem 70% da realização do capital social do FAM;**
- Manifestar a sua discordância pelo previsto subtração, até 1,8% e durante 5 anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no IUC e IMI**

Os deputados Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

Moção

*Rejeitado
 16 a favor
 26 contra
 10 abstenções
 25/6/14*

Cortar na educação é afundar o país e comprometer o futuro

O recente anúncio pelo governo do encerramento de mais de 300 escolas do 1º ciclo está a suscitar protestos de pais, populações e de muitos autarcas, e com inteira razão. O chamado “reordenamento da rede escolar” afeta principalmente o interior do país e vai contribuir para uma cada vez mais grave desertificação do interior.

Em Viseu serão 57 as escolas que o ministério da Educação quer fechar. Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre são outros distritos com encerramentos previstos, também o distrito do Porto serão afetados com a proposta de encerramento de mais de 40 escolas.

Em grande parte destes concelhos do interior do país as consequências sociais são cada vez mais dramáticas, já que o anunciado fecho das escolas vem a seguir ao desmantelamento doutros serviços públicos essenciais: centros de saúde, repartições de finanças ou tribunais. E muitos dos municípios souberam das escolas a encerrar apenas pela imprensa, o que é inaceitável numa democracia.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Junho de 2014, tendo em conta que a coesão territorial é um elemento indispensável ao progresso económico e social, DELIBERA:

a) Manifestar solidariedade às populações e municípios afetados com os anunciados encerramentos de escolas

b) Declarar a importância decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção dum país com futuro.

Os deputados Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA



Período de Antes da Ordem do dia

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Neste período de antes da ordem do dia, trazemos a esta Assembleia uma matéria que tem merecido a nossa atenção nos últimos tempos. Falamos dos serviços de transportes públicos que servem o município, hoje particularmente dos autocarros da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

Começamos por dar conta de uma consequência nefasta para utentes do Concelho, do sistema de tarifário Andante.

A linha 603 da STCP, que liga a Praça do Marquês, no Porto, ao Jardim Zoológico da Maia, serve ao longo do seu percurso as populações maiatas de Pedrouços, Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Vermoim e Maia. Ora, ao longo do percurso deste autocarro verificam-se alguns entrecruzamentos de zonas que oneram especialmente os seus utentes, tornando viagens relativamente curtas muito dispendiosas, sobretudo se compararmos com outras de idêntica distância em diferentes locais onde a STCP presta os seus serviços, nomeadamente outros municípios da Área Metropolitana do Porto. Por exemplo, quem utilizar regularmente o autocarro 603 para se deslocar entre o

Instituto Português de Oncologia e a Junta de Freguesia de Pedrouços, um percurso de aproximadamente 3 quilómetros, deverá pagar uma assinatura mensal no valor de 36€, equivalente a três zonas Andante. Esta situação acontece porque a Rua da Arroteia, que o autocarro percorre desde a Estrada da Circunvalação até à Rua Gonçalo Mendes da Maia, integra a zona C5, diferente da zona C6 que incorpora a Asperela e boa parte da freguesia de Paranhos e a zona C9, onde está a Rua Gonçalo Mendes da Maia e o restante da freguesia de Pedrouços, assim como Águas Santas e Milheirós. Esta pequena *nuance* fronteiriça custa cerca de 6€ mais aos utentes, sempre que carregam os seus passes.

Mais adiante no percurso do autocarro verifica-se situação idêntica. Em Vermoim, entre o Largo do Outeiro e a Rua António Marques nos Altos, ambos situados na zona C5, está um pequeno enclave considerado zona N11. Estas questões fronteiriças, à primeira vista pouco significantes, custam dinheiro aos utentes dos transportes públicos e deveriam merecer o cuidado do poder municipal. Vários munícipes, utentes da STCP, vieram ter connosco com o propósito de verem este assunto tratado.

Pedimos-lhe, senhor presidente da Câmara, que na qualidade de presidente do município e de membro do Conselho Metropolitano, tome providências no sentido de corrigir estes erros.

Senhoras e senhores deputados, senhores presidentes, as dificuldades dos utentes da STCP extravazam em larga medida os custos acrescidos pelos afloramentos fronteiriços da linha 603.

A evolução dos transportes colectivos nos últimos anos tem seguido o caminho do seu empobrecimento, que inevitavelmente se traduz na diminuição da qualidade do serviço prestado. É uma

receita antiga, invariavelmente seguida sempre que o poder político, quando laçao dos grandes interesses económicos privados, se dispõe a entregar nas mãos destes aquilo que é propriedade pública.



O processo de privatização da STCP já começou há muito tempo. Muito antes da administração da empresa ter tornado público o seu desejo de privatizar mais de um terço das linhas actualmente existentes; antes mesmo de ter eliminado linhas, diminuído frequências e emagrecido os quadros de trabalhadores; antes até da adopção do sistema Andante e o inusitado aumento de preços que o mesmo implicou.

A CDU alerta para este facto há muito tempo: para as consequências nefastas que o processo de privatização acarretará aos utentes e para a inevitável deterioração da oferta de transportes públicos em todo o distrito. Procuramos intervir com dados concretos, com exemplos objectivos, para não cairmos em generalizações estéreis ou redundâncias. Não obstante, as reacções são sempre as mesmas: primeiro dizem-nos que não é nada assim, que somos arautos da desgraça, que o motivo da nossa intervenção, seja ele qual for, está bem e recomenda-se; mais tarde dizem-nos que, não obstante um fundo de verdade, não é bem como nós dizemos, que se reforma para melhorar, que é em nome dos utentes e do interesse público; por fim respondem-nos com silêncio ou com resignação, que assim é pois de outro modo não seria. Reparem os senhores deputados, os ilustres membros da mesa e o público aqui presente, que neste mesmo local, nesta Assembleia Municipal, já ouvimos este discurso quando trouxemos assuntos tão diversos como as portagens nas antigas SCUT, o encerramento de Centros de Saúde, o encerramento de estações

dos Correios ou a extinção de freguesias. A conversa foi sempre a mesma, a CDU – magro consolo – esteve do lado da razão e a população acabou sempre lesada. Sempre.

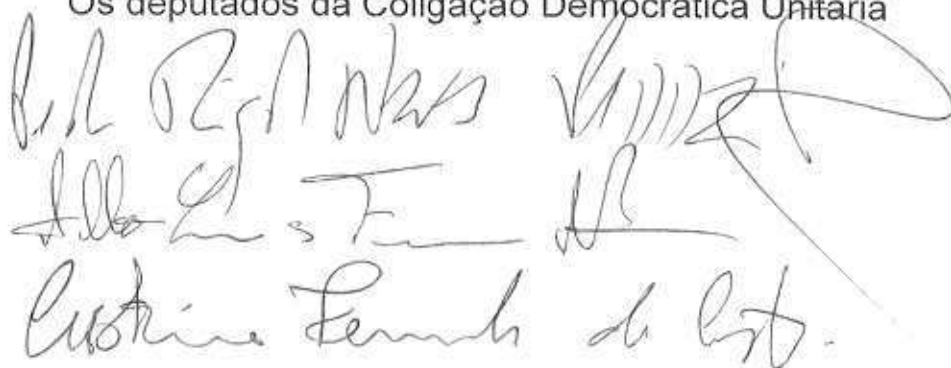
Feito este intróito, importa recordar que há cerca de 3 anos trouxemos aqui as nossas preocupações sobre a diminuição de linhas da STCP e a redução da frequência dos autocarros, precisamente quando a empresa promoveu grandes cortes, que ao tempo mereceram a reprovação das mais variadas associações de utentes e dos trabalhadores da empresa. Recordo bem como nos responderam, que a redução das linhas não afectava directamente a Maia pelo que não havia motivo para nos preocuparmos – como se a Maia pudesse passar incólume a um autêntico processo de sabotagem da STCP. Actualmente, fruto das mudanças operadas, é comum verificar nas horas de ponta os autocarros 701, 702 ou 703 passarem sem parar nas paragens da Rua D. Afonso Henriques, em direcção ao centro do Porto, de manhã, ou na direcção oposta ao final do dia, pois circulam completamente cheios, fruto da diminuição da frequência de autocarros. Afinal, minhas senhoras e meus senhores, havia mesmo motivos para estarmos preocupados.

Senhor presidente da Câmara da Maia: a privatização da STCP servirá para agravar a cada vez mais minguada oferta de transporte e alimentar a voragem dos grandes interesses económicos que vivem à custa do desmantelamento do Estado Social, isto é, à custa de direitos sonegados aos portugueses e da sua qualidade de vida. É assim com a saúde, é assim com o trabalho, é assim com a educação, é assim também com a mobilidade, como é patente no caso que aqui trazemos. Não há em Portugal um exemplo, um único exemplo de uma privatização de transportes públicos que tenha acarretado qualquer benefício

positivo para os utentes ou, em última análise, para o país. Ou seja: não houve melhoria dos serviços prestados – bem pelo contrário! –, nem houve benefícios económicos estruturais, pois o Estado passa a pagar principescamente a empresas de transporte privadas pelos serviços que cessa de prestar. Para os utentes ficam piores serviços, para os trabalhadores sobram salários diminuídos – e o Estado paga tudo isto. Quem beneficia estes processos? Quem sai invariavelmente sempre a ganhar? Deixo-lhe uma pista à laia de certeza: não são os utentes, não são os maiatos, não são os trabalhadores, não é a Maia nem o distrito do Porto. Não é Portugal.

Exige-se à Câmara da Maia e à maioria que a sustenta, em nome do interesse público, em nome da verdade, da experiência e do bom senso, que se oponha liminarmente ao processo de privatização da STCP. Qualquer outra atitude ficará para memória futura como vil cedência ao poder económico e a interesses divergentes e antagónicos aos interesses da Maia e dos maiatos.

Os deputados da Coligação Democrática Unitária



Maia, 25 de Junho de 2014



PARTIDO SOCIALISTA

Grupo Assembleia Municipal

3^o

“ Voto de Louvor ”

Voto de Louvor ao Grupo de Boccia da Escola secundária de Águas Santas

O Boccia é uma modalidade Paralímpica desde 1984. Esta modalidade é praticada por atletas portadores de paralisia cerebral.

O grupo é constituído por jovens que frequentam o ensino secundário, na modalidade de desporto adaptado, residentes nesta freguesia do nosso Concelho.

Dadas as características destes alunos e as especificidades da modalidade, cada um destes alunos compete em cadeira de rodas.

Considerando:

1-- A conquista do primeiro lugar em Guimarães nas Finais do Campeonato Regional de Desporto Escolar, que levou a dupla **Tiago Tavares e Rui Pedro Ribeiro** aos Campeonatos Nacionais;

2 - A medalha de 3º lugar alcançada na competição individual - divisão II pelo estudante / atleta **Nuno Silva**;

3 - As medalhas de 3º lugar em divisão I, competindo individualmente e de 1º lugar competindo a pares pelo estudante / atleta **Tiago Tavares**;

4 - A medalha de 1º lugar alcançada na competição a pares com o colega e capitão de equipa **Tiago Tavares** pelo estudante **Rui Ribeiro**;

5 - O Título de Campeões no Campeonato Nacional de Desporto Escolar que se realizou em Lisboa entre os dias 16 e 18 de Maio pelos atletas / estudantes **Tiago Tavares** e **Rui Ribeiro**.

6 - Que os feitos alcançados reforçam o respeito e a admiração por parte dos Maiatos e, em particular, dos Aquissantenses por estes e outros atletas que treinam e estudam na Escola Secundária de Águas Santas.

7 - O contributo destes alunos na sensibilização da comunidade escolar para a abordagem e inclusão das populações especiais, transmitindo a mensagem de que as pessoas portadoras de deficiência não são nem mais nem menos que as demais, são diferentes.

Propomos que:

1 - A Assembleia Municipal da Maia na sua 3ª Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2014 aprove um **Voto de Louvor** aos atletas de Boccia referenciados, que participaram no desporto escolar, fazendo votos de mais e maiores êxitos, que para todos nós são motivo de orgulho.

2 – Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores dos Pelouros da Cultura e desporto, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas, à Associação de Pais e encarregados de Educação e ao coordenador do projeto do desporto escolar.

Maia, 25 de Junho de 2014

 O Grupo do Partido Socialista





PARTIDO SOCIALISTA

Grupo Assembleia Municipal

Handwritten signatures and initials.

“ Voto de Louvor ”

Voto de Louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, também designado por:

“ ALMA MATER ARTIS ”

O grupo teve a sua origem na Escola Secundária de Águas Santas, no ano letivo de 2007/2008, no âmbito do Desporto Escolar, na modalidade de Atividades Rítmicas Expressivas.

Constituído por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e 19 anos, residentes nesta freguesia do nosso Concelho, participaram já em inúmeros eventos e várias cerimónias protocolares, nomeadamente a convite do Ministério da Educação.

No ano letivo 2012/2013 foram Vice-campeões Nacionais , todavia, por paradoxal que pareça, no início deste ano escolar, alguns “Iluminados”, tentaram acabar com este projeto. Os obstáculos que colocaram ao grupo foram muitos, como exemplo o professor só foi reconduzido na escola passados 3 meses do Ano letivo 2013/2014 ter início, mais precisamente em meados de Dezembro.

Porém, apesar dos vários contratemplos, que só serviram para dar mais força e coesão ao grupo, os resultados de participação foram excelentes, traduzidos nos títulos de Campeões do Distrito do Porto, Campeões Regionais e Campeões Nacionais.

Considerando:

- 1 -A forma determinada, corajosa e competente como professor e alunos souberam dar a volta às dificuldades;
- 2 – O papel social desenvolvido pelo grupo de Dança, nomeadamente com a organização e desenvolvimento de espetáculos para promoção do “Banco de Leite para S. Tomé e Príncipe”.
- 3 – A participação em diversos espetáculos de Solidariedade.

4- Os resultados desportivos conseguidos, nomeadamente o de Campeões Nacionais.

Propomos que:

1 - A Assembleia Municipal da Maia na sua 3.^a Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2014 aprove um **Voto de Louvor** ao Grupo de Dança do Desporto Escolar de Águas Santas, pelo seu contributo cultural, social mas, também pelo brilhantismo com que tem elevado o nome deste concelho e em particular da freguesia de Águas Santas, não esquecendo o contributo fundamental que tem dado no crescimento e desenvolvimento das quase duas centenas de crianças envolvidas.

2 – Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores dos Pelouros da Cultura e desporto, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas, à Associação de Pais e Encarregados de Educação, ao coordenador do projeto do desporto escolar e ao Professor Alexandre Teixeira.

Maia, 25 de Junho de 2014

Grupo da Assembleia Municipal

António Teixeira



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Minhas Senhoras e meus Senhores,

2
v
w
S
A

O ano de 2014, ficará, de alguma forma, marcado na história do Concelho da Maia, por ter sido escolhida como Cidade Europeia do Desporto.

Esta escolha foi como que um prémio pelo que a Maia tem feito em prol do desporto.

E este fazer não se resumiu à realização de provas e outros eventos desportivos no Concelho da Maia.

Fazer o que a Maia fez pelo desporto significa ter criado condições para a prática desportiva nas mais diversas modalidades, ajudando as associações desportivas para que possam ter atletas a praticar desporto nas diversas valências.

Isto só foi possível com investimento, e os resultados de todo esse investimento feito pela C M Maia foi recompensado com a escolha da Maia como Cidade Europeia do Desporto.

Os resultados desportivos na época 2013/2014, para mim e de certeza para muitos Maiatos, foram surpreendentes, ou seja, deram-nos a conhecer um número impressionante de atletas que ganharam títulos e prémios ao mais alto nível no desporto quer nacional, quer internacional, onde relevamos os títulos de Campeões Nacionais, Campeões Europeus e um Campeão Mundial.

Mas os êxitos não se ficaram pelo desporto Federado, também no desporto escolar a Maia tem Campeões onde destacaremos as Escolas Secundárias de Aguas Santas, Maia e Levante, que conquistaram em diversas modalidades os títulos

de Campeões Nacionais, Campeões Regionais, Campeões Distritais e outros Prémios.

É por tudo o que acabo de referir, que os deputados da coligação Sempre pela Maia, propõem que a Assembleia Municipal da Maia reunida na 3ª Sessão Ordinária de 25.JUN.2014, delibere:

- a) Aprovar um Louvor a todos os Atletas que alcançaram Lugares de Pódio na época desportiva de 2013/2014, nas diversas modalidades desportivas em que competiram individual ou colectivamente, bem como às Associações a que se encontram associados, pelo acompanhamento que proporcionaram aos seus Atletas;
- b) Aprovar um Louvor a todos os Alunos que alcançaram Lugares de Pódio no ano escolar de 2013/2014, nas diversas modalidades desportivas em que competiram individual ou colectivamente, bem como às escolas dos Alunos envolvidos, pelo excelente trabalho que fizeram na área do desporto escolar e pelo acompanhamento que proporcionaram aos seus Alunos;
- c) Que desta deliberação, dê conhecimento a todos os visados.

Maia, 25.JUN.2014

Pela coligação Sempre pela Maia



(Cândido Graça)

VOTO DE LOUVOR

1º



Ao subir de divisão, para o Campeonato Nacional de Futebol Sénior, na época desportiva 2013/2014, os seniores do Futebol Clube Pedras Rubras, conseguiram desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Maiato e Nacional.

Com este resultado, o clube, ajudou a projetar, ainda mais, o nome da Maia a nível nacional, justificando, por isso, o nome de "Maia – Capital do Desporto 2014", com o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em Sessão Ordinária em 25 de Junho de 2014, propõe um VOTO DE LOUVOR, pelo mérito alcançado e apresenta os parabéns pelos êxitos obtidos, aos dirigentes, atletas, associados e a todos quantos contribuíram para este grande feito desportivo.

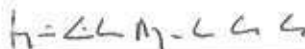
Que este voto de Louvor depois de aprovado, seja transmitido ao Futebol Clube de Pedras Rubras.

Maia, 25 de junho de 2014

O Lider dos IVNT

e

Presidente da Junta de Freguesia da Vila Nova da Telha



(Joaquim da Silva Azevedo Sousa)

10

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome José Augusto Soares Machado

Morada A Central do Cavalheiro, nº1063

Freguesia Moreira

Código Postal 4470-584 Moreira

Contacto telefónico 914307439

E-mail _____

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Resíduos urbanos

Maia, 25/6/2014

(Assinatura) José Augusto Soares Machado

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
Período de intervenção do público	Regras do uso da palavra no período de intervenção do público
<ol style="list-style-type: none"> No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão. 	<ol style="list-style-type: none"> A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

*Suplente
Enviar os
Assinatura do
Camareiro para
dos verbais
Vominele
assunto e
Assinatura
Municipal
25/6/14*

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome JOSÉ ALBERTO DA SILVA SERENO

Morada RUA RAFAEL PINIL AZEVEDO N. 187 R/C

Freguesia PEDROUÇOS

Código Postal 4425

Contacto telefónico 968038804

E-mail _____

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

AMBIENTE E DEGRADATO

Maia, 25/6/2014

(Assinatura) _____

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
Período de intervenção do público	Regras do uso da palavra no período de intervenção do público
<ol style="list-style-type: none"> No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão. 	<ol style="list-style-type: none"> A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

25/6/14
 o Presidente da
 Assembleia Municipal
 de Maia
 assinou o que
 ficou dito
 em campo
 de 25/6/14

Boa Noite

Sr. Presidente da Assembleia municipal, senhores membros da mesa senhores deputados da assembleia e a todos os demais presente.

Sou um cidadão residente na maia, mais propriamente em pedrouços, custa-me a crer que pedrouços, mesmo sendo uma freguesia que é banhada por outras três freguesias de outros três concelhos, e por tal ser utilizada por muitos portuense, por muitos matosinhenses e por muitos gondomarenses, seja esquecida e por vezes até posta de parte, parecendo não ser terras maiatas.

Pelo que sei terras maiata eram todas as que eram desde o rio ave ate a cidade do porto, inclusive terras que agora fazem parte do porto e do conselho do porto.

No ano passado, mais precisamente no dia 26 de junho, nesta assembleia apresentei um dos problemas que alguns moradores e comerciante da travessa nova da giesta sentem com o pó provocado pelo campo de treinos do Pedrouços atlético clube.

Pois é verdade passado poucos dia recebi uma carta do sr presidente da assembleia municipal a dizer que o problema por mim apresentado foi enviado ao sr

Handwritten signature and initials in the top right corner of the document.

presidente da camara municipal, só que ate a data não mais obtive resposta nem informação.



Visto que nada foi feito para minimizar nem melhorar a situação dos moradores e dos comerciante e alguns com problemas de saúde e que estão sujeitos ao pó provocado pelo campo de treinos do pedrouços, levou-me a mim e a mais alguns comerciante e moradores efetuar um abaixo assinado e de recolher-mos assinaturas pelos moradores, por pais de atletas e por associados do pedrouços, para aqui perante esta assembleia ser apresentado já um grande numero de assinaturas.

Se fosse só assim não parecia mal, pois passo assim a lembrar o que já é sabido por muita gente.

O Senhor Engenheiro Bragança Fernandes num jantar de natal realizado pelo pedrouços atlético clube, com a presença de cerca de 400 pessoas prometeu aos presentes que se o Pedrouços atlético clube subisse de divisão o sintético era uma realidade, claro que talvez se estivesse esquecido de dizer quando seria essa realidade, mas claro que para os presente se pensou que seria no inicio da época seguinte ou durante a época futebolística essa promessa foi efetuada em dezembro de 2008.

Claro é que já lá vão alguns anos e quase todos os anos se repete a promessa quer aos pedroucenses quer aos pedroucistas e com mais relevância na altura das campanhas eleitorais com a maior agravante que desta vez era realidade se maia fosse capital europeia de desporto, só que esse ano já vai a meio e o início das obras para melhorar a qualidade de vida dos jovens atletas que se deslocam todos os dias para o pedrouços e que são muitos e que poderiam ser muitos mais, pois temos perdidos muitos pela falta do sintético, pois eles fogem para clubes que nas redondezas estão bem equipados com campos sintéticos (Infesta, Ermesinde, nogueirense, leça do balio, pedras rubras) e muitos mais.

Para terminar e indo mais diretamente ao que aqui me fez vir em representação de um elevado número de pedroucenses, de pedroucistas e de muitos pais e de atletas do Pedrouços Atlético Clube após terminar esta minha intervenção irei entregar a mesa se esta o me permitir as folhas do abaixo assinado que foram recolhidas durante 15 dias e que ira continuar para que a camara municipal da Maia tenha em conta que a freguesia de pedrouços e o pedrouços fazem parte da maia e também faz parte da cidade europeia do desporto e que com este titulo não pode

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

ser só visto como cidade do desporto o núcleo desportivo que serve só a maia, mais propriamente a zona desportiva que fica aqui ao lado e que muito dinheiro os maiatos tem gasto nele e continuam a gastar, podendo equipar e ajudar outras zonas que também pertencem a maia e que tem outras coletividades que representam a maia e algumas sendo as mais antigas da maia sem aqui relembrar que o senhor prof. Dr. Vieira de carvalho que prometeu algumas obras que eu até considerava megalómanas para a freguesia e neste momento a freguesia de pedrouços nem um pavilhão ou recinto digno de utilização de um nome destes tem, por tal apelo aos senhores deputados da assembleia, aos senhores vereadores e aos executivos deste município que se esforcem mais e tenham mais vontade política para bem da freguesia de pedrouços e de todos aqueles que podem utilizar os equipamentos desportivos para uma melhor qualidade de vida



Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Francisco João da Silva	3696406
Francisco	7310734
Eduardo Fernando Marques Magalhães	944603f
Januário Spilange de Costa Mendes	12060818
Francisco	18012801
Francisco João Teixeira	14299934
Carlos Gomes	7277185
André Campos Marques	12113434
Alfonso Rato Costa e Silva	10685473
José Manuel Oliveira	11054201
Daniel Tinas Gonçalves	7374834
Vita Manuel B. L. S. S. -	81220669
APD Maria Jacinto Lopes	10259507
Francisco José de Jesus Lopes	9790863
António Manuel José Alves	3974247
Flávio Valdeomar Gonçalves Pinheiro	13811225
Luís Tavares	
Rui Santos	
José Pedro	
Alcino Ferreira Martins	989474
Bárbara Cardoso Peixeiro	
Leandro Gonçalves de Sousa	8182592
Coronel João Filipe Lopes	14021670

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Marcos António Lourenço	10054982
Miguel Joaquim Pinto Ferreira	12291082
Vitor Manuel Fernandes Carlos Almeida	7835600
Mariana Isabel Oliveira Taveira	13919210
António Lopes de Oliveira	
Ricardo José Oliveira Gomes	11046339
Nuno Ricardo de Jesus Vieira	12889355
Joaquim Fernando Pinto Medeiros	7802364
Alfredo Francisco	2737606
Ana Mendes	23559142
Sebastião Afonso Rodrigues	10045990
Paulo Alexandre Vitor Lourenço	9613489
Fabio Daniel Fernandes Garcia	13381113
António Almeida Dias Santos	5730415
Georgina Hezveira Santos Rapizós	08827984
Manuel Amador Pereira Sobrinho	10003301
João António Correia Marques	3978625
Carlos Alberto Pereira Cardoso	3320928
Jorge Manuel Dias Gonçalves	0722365
João Manuel Cardoso Fernandes	07837989
Paulo José Fernandes	10029950
Ana Rita Sousa Silva	
Clara Teresa Correia Correia	07852566

Maia a
uma obra
promessa

7

NOME	Doc. Identidade n.º
José Fernando de Silva	7045292
Leandro Pereira Felix Ribeiro	10247068
	9061077
Antônio Travenço Braga Oliveira	10405742
Higuel Antônio Mendes Pereira	9088565
Fernando Manuel Carlos Ribeiro	7005721
Wesley Augusto Pinheiro Santos	6526746
Reilly Higuel S. de Costa	10883379
Wesley Higuel S. de Costa	11686796
Wesley Higuel S. de Costa	3611296
Wesley Higuel S. de Costa	10995164
Vitor Saphir Neves Martins	10054108
Wesley Higuel S. de Costa	10510095
Wesley Higuel S. de Costa	11317842
Wesley Higuel S. de Costa	10496755
Wesley Higuel S. de Costa	199584958
Wesley Higuel S. de Costa	11498194
Wesley Higuel S. de Costa	10557186
Wesley Higuel S. de Costa	10544597
Wesley Higuel S. de Costa	10641461
Wesley Higuel S. de Costa	10522472
Wesley Higuel S. de Costa	10609919
Wesley Higuel S. de Costa	11488963

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Caen Gomes Estêvão Veloso	8565126
Costa, José Silvestre Fernandes	7849964
Fernando Manuel Ramos Costa	13906860
Alexandro Isidro Lopes Mendes	05940382
António José Torres Amato	10106544
Susana Maria Vasconcelos, Rocio Quintin	10346538
Bruno Fernando de Costa Carvalho	14815635
Esmeralda Maria Santo Amador de Silva	14790814
João Paulo de Silva Almeida	10577698
João Paulo de Silva Almeida	07359209 e.c.
Maria Adelaide Martins Pereira	08153167
Paulo Alexandre Vieira Andrade	11903490
Dionísio José Lima Oliveira	0022546
Carla Rósea Marques Vidal	1155043
Rodrigo António Brito Rocha	30526779
João Filipe de Silva Correia	15460570
Fra. José António Albuquerque	14430322
Diogo Teixeira Araújo	14631383
Bernardo José da Silva Vieira Anonim	15174674
Diogo Cardoso dos Santos Pinto de Sousa	14303077
Sandra Cristina Vazquez Pereira Pereira	11455027
M. Amândia Pinto Ferreira Aguiar	07921294
Rui Carlos da Silva	07967824

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Ana Roguel Condico	11462388
Helena João Freitas 'Correia	11693582
Elvira da Silva de Silva Mota Figueira	5905399
Andre Miguel Resende Pinheiro	15466407
Amirinda Miguel Jacinto Pinheiro	8909733
Fátima Decete Figueira Mota	9935405
Daniela Patricia Soares Pereira	13076288
Julio de Lima Soares	3927806
Deolinda Lima Mota Gonçalves	8105189
Helder Filipe Mota Gonçalves	13733478
Jorge Miguel Batista Azeredo	2846195
Maria Fernanda Azeredo	3757839
Flávia Vilela	6634298
Julio Vilela	12630290
Fátima de Costa Mar gins	3641226
João Alves Amorim	01866248
Daniela da Conceição Santos Alves	707546
Claudio Silva Dias	777093
NÃO SABE ASSINAR	917657
Adelino dos Santos Torres	2853655
Maria da Conceição Mamede Soares	1208505
João Manuel Neves Barbosa	11670603
Ana Luísa Matias Alves	12297828

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Fernanda Beatriz Carvalho Figueiredo	
Ch. S. S. Pim de Sousa	7000296
Pedro Jorge Pinheiro de Sousa	12899712
Agostinho Augusto da Silva Rodrigues	7268141
António de Jesus da Silva	7287372
Amel Fontinha de Oliveira	2880672
Luís das Neves	2724069
Rosa Paula O. L. Henriques	03994988
Fernando Pereira do Porto	33781214
Maria Adélia Silveira Cabral Ponte	05746183
Agostinho Pinheiro da Silva	07843595
José Augusto Fontinha da Rocha	6998794
Maria Rita Santos Silva Costa	3403071
António Costa	1945482
Marcelina de Jesus Moreira	3409046
Dios da Silva Borges Arcanjo	13935766
José Manuel da Silva Arcanjo	7201224
José Silva Arcanjo	2867492
Priscila da Silva Arcanjo	2867491
Maria da Silva Cardoso	130620985
Normando Fernandes da Silva	3380009
Ana Luísa Botelho Cardoso	12178305
Carlos Leonor da Silva Costa	829244

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Anna Antónia Louisa Louisa	03589253
José Fernando de Jesus Pereira	891014
Antonio Soares Teixeira Pinto	3064879
Maria Odete Conceição Teixeira Pinto	2671536
Maria Manuela Vieira Oliveira	10325753
Mário Lúcio Vieira Oliveira	14409334
Alfaria de Sampaio Amaral	1663182
José Augusto de Jesus de Macedo	0911686
Manoel Heloísa Oliveira Machado	0374456
Aniceta do Carmo Ferreira de Magalhães	158563093
Ana Paula Duarte	8815088
Espérance Ferreira	03699044
Maria Manuela T. Ferreira Pereira	01774078
João Martins Pereira	30507082
João Jorge Ferreira de Oliveira	09933640
Manoel Augusto José Pereira Pereira	07798100
Quincice da Silva Rocha Oliveira	178835
Maria Fernanda Gonçalves Pereira Almeida	5966712
Antonio da Silva Cortes	892793
Maria Avelina Marques Ferreira	5975235
Manoel Augusto Rocha de Costa	3721101
Edmundo de Oliveira Gonçalves	06557317
António da Silva	11051389

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Bárbara Cardoso Ferreira	14206280
Manuel Augusto Mendes	1941902
William Filipe Pinto de Azevedo	2873326
Daniel Orlando Cunha da Cunha Mendes	13360235
Virgílio Luís Vitorino Silva Silva	10532883
António Luís Haralho	814845
Carlo Ferreira	10588567
Paul José Costa Cardoso	034614495
Carlos Manuel Nogueira Ferreira	7661649
João José Ribeiro Romaneiro	04465275
António Luís Teixeira	8490199
João Manuel Vitorino Mendes	12082473
Paulo Roberto de Jesus Soares	588152
Américo de Jesus Soares	5942543
Bruno Manuel Luís Cardoso	12423996
Manuel Jorge Ferreira Matias	05987495
Américo Manuel da Silva Guimarães	
João Manuel Vitorino Mendes	01846714
Leandro Augusto dos Santos	6315762
João Manuel Vitorino Mendes	03231937
João Manuel Ferreira Dias	8203023
João Manuel Vitorino Mendes	3697485
João Manuel Vitorino Mendes	2933757

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Jonê Emanuel Cruz Martinho	12986721
David José Barbosa Soares	08278890
Sancho Miguel Barros Pacheco	10838414
Fernando Antão Lopes Pereira	09039067
Amélia Palma, Pereira da Silva	03235558
Carlos Alberto Pereira Samadinho	05811632
Miguel António de Oliveira Faria	11939189
Bernardino FONSECA HAIN	11271264
Sérgio Manoel da Costa Rodrigues	11259052
João Fernando dos Santos Silva	12749971
Guilherme Rodrigues	08568844
António Manuel Ferreira Fontes	10050891
Sebastião Eduardo Soares D. C.	10444119
Susana Patrícia Campino	11501837
São Filipe Gomes Aguiar	13833725
Dona Patrícia Sousa Gonçalves	14589049
Maria Maria de Sousa Freitas	8495288
João Manuel Silva Aguiar	9248019
João Felício Jesus Lima Aguiar	1441342
Fernando Silva	5828400
João José da Silva Santos	10760376
João Manuel Afonso Ribeiro Pinho	7067619
João Cesário Oliveira Vieira	12376801

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

JOÃO Pedrouços NOME	Doc. Identidade n.º
JOÃO Rui RATO DA COSTA	11508886
João Dias	10299365
Daniel Cunha	12813129
Gustavo Melo	11358210
ALGUEL STRELOS	12335045
Hugo Moura	13039892
Basilio MIRANDA	11531556
Francisco ESTEIRO	12577260
Amélia Santos da Silva	10461916
Yacine Alberto Correia Couto	18219967
Jesidonio Aldemaro Soares Ramos Silva	08916548
Isabel Maria da Silva Viana	10918828
Michael Joaquim Gomes Tassin	8071282
António Alexandre Barros Amorim	12276873
Luís MANUEL DE SOUSA TEIXEIRA	9848145
Amélia José Gomes da Silva	10888128
Rui Alexandre de Sousa Viana	9563919
Belén Manuel da Silveira // L	11754235
João Manuel Gonçalves Viana	12098087
Dr. Bruno Manuel Neveses Faria	11439474
Luís Miguel Arborel Sousa Souto	70792065
Marcelo Nunes	14043205
ISTO R MANUEL DA SILVA SOARES	00973866

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
ALBERTO JOAQUIM MOREIRA CASEIRA	3384452
JOSÉ RICARDO MOREIRA FERREIRA SILVA	12071786
Rui Nogueira DE CASTRO TOMÁS	12299915
JOAQUIM PAULO NEVES MOREAIS	8551726
Ricardo José da Silva Rios	11184840
Nelson Neves da Rocha	12363858
Mário Filipe Galvão da Silva	11824356
Ivo Eládio Bessa da Silva	10533886
Rui Miguel da Cunha Silva	13621133
João Paulo da Brito Ferreira	14612071
Edi Joel Florêncio Dias	14098669
Fernando António Moreira Alves	12145063
Claudio Emanuel Marques Cunha	12590447
Rafael Manuel Silva Ribeiro	12620966
Amândio Miguel Pereira Ribeiro	12982677
João Paulo da Cunha Ferreira G. Moreira	9566611
Tiago José Antunes Pereira	13765942
Mário António Castro Pereira	12970835
Rafael Alexandre Silva	11312578
Pedro Joel Araújo Santos	14790594
Rui Manuel Ferreira dos Santos	10982062
Ricardo Jorge Ferreira Sarmiento	12397494
Orlando José Lopes Gonçalves	11282687

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Maria Antónia Azevedo	3006752
Elisabete Silva	3292802
Cátia Alexandra Soares Marques	12974921
Amélia de Sá Silete Canabarro S. S. Ribeiro	10011003
Arminda Sofia Soares Marques	13931954
Telmo Ricardo Neves Marques	13253969
Sónia Cristina Rodrigues Paqueira	11550476
Paula Lucília Felisberto da Silva	11339878
Flávia Giacinto Soares Alves	11478826
Isabel Encarnação Almeida Coelho	213927373
Silvia Helena Ferreira Ferreira Gonçalves	
Elisabete Ribeiro da Rocha	14029395
Rute Isabel Sousa Cande Branca	11460200
Paula Cristina Oliveira Monteiro	11126432
Susana Ferreira Isidoro	101038221
Arminda Henriqueta Gonçalves	10355958
Arminda Sofia Soares da Silva	12814651
Arminda Sofia Soares da Silva	10607161
Arminda Sofia Soares da Silva	4426618
Sora Elisa Ferreira Gomes	13419228
Ana Carolina Gomes	10956406
Tiago Daniel Teixeira da Silva	30136501
Arminda Sofia Soares da Silva	

Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Rui César Santos Lourenço	9984238
Silva João Vilhain	102 590 17
NUNO RAFAEL SILVA	11 465 117
João Abreu Teófilo Afonso de Almeida	104 45 99 107 18 72
Sa Le Co	120 412 79
Manuel David Sousa Pinto	844 7563
Jorge Costa Lopes	123 90 460
Luís Filipe Ferreira Silva Pareda	125 84 035
Adelá Ricardo António Silva	147 00 148
DARCISO JOÃO FRAJANDAS PREGAS	9894 938
Bruno Miguel Ribeiro Ferreira	12959563
Sandra Isabel Ventura Correia	220876886
SANDRA ELVIRA SIARA COSTA ANTUNES	8221303
António António Pinto Teixeira	9362632
Helder Manuel Esteves Sil	9981214
Adriana Mendes Costa Sampaio	
Helena Renato Pinto Silva Henriques	3012351
Domingos José Guerra	1864413

aia - a
 obra
 nessa

一、目的
 二、范围
 三、定义
 四、职责
 五、程序
 六、记录
 七、附件

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

[illegible]

ia a
obra
essa

ia a
obra
essa

ia a
obra
essa

[illegible]

ia a
obra
nessa

100

[illegible]

Maia a
na obra
omessa

14

[illegible]

Maia a
a obra
omessa

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

[illegible]

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Armando Silva Costa
 Morada Rua da Calçada 110
 Freguesia Barral - União de Freguesias
 Código Postal 475-012
 Contato telefónico 96605 5857
 E-mail ArmandoSilvaCosta@gmail.com



Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Encerramento de passagem pública na Freguesia de
Barral na Rua Joaquim Duarte Loureiro

Interação territorial da Freguesia de Vagos com
a Freguesia de Barral, Urbanização do Monte Xisto

Maia, 23/06/2014

(Assinatura)

Armando Silva Costa

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
Período de intervenção do público	Regras do uso da palavra no período de intervenção do público
<ol style="list-style-type: none"> No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão. 	<ol style="list-style-type: none"> A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 58

Em 17/06/14

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 6.103

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

O presente documento é elaborado a propósito e na circunstância da realização da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2014.

Tendo em conta que a última Informação que prestei, por escrito, à Assembleia, data de 9 de Abril, passo a fazer uma alusão, sintética e abreviada, a alguns aspectos que tiveram relevância pública no nosso Município neste breve espaço de tempo decorrido.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- 1- A questão da Habitação Social no nosso Município, e em especial a necessidade da manutenção dos empreendimentos municipais, tem vindo a constituir uma preocupação e um aspeto em que a Câmara, diretamente e muito especialmente através da empresa municipal “Espaço Municipal”, tem empenhado todos os seus esforços, como, aliás, é bem reconhecido.

Para além dos aspetos ligados à preservação, conservação e requalificação dos edifícios, a “Espaço Municipal” avançou bastante mais e lançou-se num programa de instalação de equipamento que visa a utilização racional de energia e de eficiência energética em todos os empreendimentos que estão sob a sua alçada.

Basicamente trata-se da instalação de sistemas de painéis solares térmicos destinados ao aproveitamento da energia solar para a produção de AQS – águas quentes sanitárias, sendo que cada fogo possuirá uma instalação independente.

Esta intervenção representa para os empreendimentos uma mais-valia de grande expressão, quer pelo investimento realizado na operação em apreço, quer pela prevenção de maiores despesas e encargos futuros para os moradores, bem como pela significativa e drástica diminuição da



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

fatura energética (principalmente no consumo de energia elétrica) que as Famílias em causa passarão a usufruir.

Com estes objetivos, a "Espaço Municipal" apresentou uma candidatura à operação com o Código NORTE-07-0765-FEDER-000505, designada por "Energia – Eficiência Energética em Edifícios de Habitação Social Existentes".

O cofinanciamento FEDER em causa, no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, foi aprovado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), em 13 de março de 2014.

A intervenção versa 38 Empreendimentos, compostos por 117 edifícios e 1.782 habitações (14 T5, 110 T4, 802 T3, 643 T2 e 213 T1).

O valor da candidatura ascendeu a 4.455.000 €, sendo que a comparticipação FEDER se situa nos 3.061.599 € em razão da taxa de 70 % sobre o total elegível de 4.373.713 €.

2- No dia 8 de Maio, a Maia, através dos Serviços de Educação do Município, das Escolas do EB1 Concelho, dos seus quadros Docente e Discente e, especial e notoriamente, através dos seus Alunos, viu



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

reconhecida a nível nacional, e uma vez mais, os esforços que todos temos vindo a empreender na área da Educação no nosso Município.

Refiro-me aos resultados obtidos no concurso “7 dias, 7 dicas sobre os media – 2013/2014”, promovido pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) e a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), em parceria com a Direção Geral da Educação e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que incidiram sobre trabalhos desenvolvidos nas Escolas. Estes trabalhos foram levados a efeito no âmbito das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) – PLE (projetos lúdico expressivos) e versaram temas que tinham por objetivo a sensibilização para o papel e lugar que os media tradicionais e de nova geração ocupam no quotidiano dos Alunos.

Pois a Escola EB1/JI de Crestins arrecadou o 1º Prémio na Categoria 1º/2º ciclos, com o trabalho subordinado ao tema “7 dias sobre a segurança nos telemóveis e nas redes sociais”, e a Escola EB1/JI de Pedras Rubras recebeu uma Menção Honrosa na mesma categoria pelo trabalho intitulado “7 dicas sobre o uso dos media na sala de aula e na biblioteca”.

A entrega dos prémios teve lugar no Palácio Foz, em Lisboa, sendo o reflexo da aposta continua nas AEC e no desenvolvimento das TIC desde o ano letivo 2006/2007.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Também no Desporto Escolar os Agrupamentos de Escolas do Levante de Águas Santas e da Maia, sagraram-se campeões nacionais respetivamente na ginástica acrobática, na dança, no boccia e no atletismo.

3- Ainda a propósito das atividades que são desenvolvidas nas nossas Escolas, gostaria de deixar mais um pequeno exemplo.

Entre os dias 6 e 9 de Maio decorreram nas Escolas do Concelho da Maia diversas atividades artísticas e culturais inseridas no âmbito das AEC Projetos Lúdico Expressivos (PLE), e que foram desenvolvidas pelos alunos do 1º ciclo do ensino básico do Concelho.

Os Alunos apresentaram diversos espetáculos de dança e música, participaram em workshops e sessões de leitura infantil, sendo que todas as atividades realizadas foram abertas ao público. Estas iniciativas tiveram como objetivos incentivar as crianças para o gosto pelas artes, estimular a sua criatividade, aumentar a autoestima, fomentar o espírito de grupo e a sua união.

No decurso das atividades estes jovens artistas foram incentivados a utilizar diferentes formas artísticas e plásticas com vista ao seu enriquecimento tanto ao nível cultural como musical e que, simultaneamente, proporcionassem a aquisição de competências que lhes permitam conhecer e utilizar novas ferramentas digitais.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Na Escola do EB1 Cidade Jardim tivemos um Festival de Música | MÚSICA IN CIDADE JARDIM; no pólo de Gemunde da Junta de Freguesia aconteceu a atuação dos Pequenos Flautistas da Seara, da EB1 da Seara; no Centro Escolar de Gueifães/Vermoim foi apresentado o projeto Maiatour (Conhecer a Maia dentro da Escola); na EB1 de Sta. Cristina teve lugar a "Hora do Conto" com os Pais e Encarregados de Educação de Alunos | O AUDITÓRIO MAIS PEQUENO DO MUNDO; na EB1 do Lidador aconteceu o Workshop de Danças Africanas | AS DIFERENTES CORES DO ARCO-ÍRIS; e no Centro Escolar da Gandra uma ação de Música com instrumentos reciclados | ECOLOGIA É MAGIA .

- 4- Acerca de Educação deixaria, ainda, duas breves notas: uma para salientar a realização da "9ª Gala da Saúde Escolar" que teve por objetivo premiar as escolas, e os 250 alunos do ensino pré-primário e do primeiro ciclo, pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano letivo no âmbito do Programa de Saúde Escolar, evento a que se associaram os padrinhos/madrinhas do programa. E a outra para referir a realização da festa de encerramento do ano letivo que este ano teve lugar no "Parque de Avioso", sob o lema "Educação em Festa", uma ação pensada para toda a Família e com diversos motivos de interesse que permitiram promover a interação intergeracional.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

É claro que tudo isto somente é possível com a categorizada, excelente e diversificada oferta que o Município dispõe tanto em termos de construções escolares como de equipamento didático e outro que está disponível para toda a comunidade educativa.

Orgulhamo-nos disso, e de toda a nossa ação nas escolas, nos jardins de infância e de uma forma geral junto da primeira infância, e há muitos anos que assim o é. Todos, ou pelo menos os que o querem ver, têm a noção perfeita de que estamos muito à frente no que respeita a instalações, quer sejam salas de aula, salas de refeições, cozinhas, e espaços comuns de estada e de lazer destinadas aos alunos dos primeiros graus do ensino.

5- Aquando da Posse de Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco dos Santos, como Bispo da Diocese do Porto, enderecei um convite a Sua Excelência Reverendíssima para uma receção oficial na Câmara Municipal da Maia.

Para além da cortesia e das boas vindas a este nosso território, de que é Administrador Apostólico, pretendia partilhar com o Sr Bispo os projetos que temos em curso com a Instituição Igreja no sentido lato e perspetivar e estreitar ainda mais o futuro de relacionamento, e de grande proximidade, entre os vários organismos das Paróquias do Concelho e a



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

sua Câmara Municipal, que consideramos um dos vetores primordiais da ação diária, particularmente na área social.

Essa oportunidade veio a acontecer em 29 de Maio, tendo estado presentes os Párocos da Vigararia da Maia.

6- No dia 11 de Abril recebemos a visita do Sr Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Eng. Jorge Moreira da Silva e no dia 9 de Maio a do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira.

Foram visitas em que os Governantes, e em especial, se inteiraram do que o tecido empresarial sedado na Maia está a desenvolver em áreas tecnológicas e de pendor fortemente exportador, nomeadamente nos sectores da mobilidade elétrica e da eficiência energética com recurso a tecnologias limpas, numa reafirmação da importância da internacionalização da economia nacional na construção de um Portugal mais próspero e, por outro lado, o reconhecimento pelo contributo que o tecido empresarial da Maia tem prestado á concretização deste desígnio. Recorde-se que, segundo dados do INE, em 2013 a Maia foi o 9º Município do país em termos de “vendas para o exterior” e o 2º da Região Norte.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- Também neste âmbito de reunião de esforços com vista a uma maior internacionalização da economia, e numa parceria entre a Câmara Municipal, a Associação Empresarial da Maia e a CCILC – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana, foi levado a efeito, em 30 de Abril, no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia – TECMAIA, um Seminário acerca das oportunidades que se estão a abrir na Colômbia para as empresas nacionais.

Foram dados a conhecer alguns detalhes específicos do mercado em causa bem como fatores diferenciadores e principais razões motivadoras do crescente investimento das empresas portuguesas nesse País, tendo em mente, também, a importância que a Colômbia passa a adquirir como eventual porta de entrada no recém-formado bloco comercial da Aliança do Pacífico, que engloba também o México, o Chile e o Peru.

- Em Maio decorreu a edição deste ano do “Programa MaiaGO”.

Este programa tem por objetivos o apoio aos jovens na inserção na vida ativa, de promover a igualdade de oportunidades, de afirmar o autoconhecimento, de clarificar e definir as mais-valias pessoais, de apoiar a criação da proposta de valor, de promover o encontro com o mercado de trabalho, quer seja numa perspetiva de trabalho por conta de outrem ou através da criação do próprio posto de trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

O MaiaGo é dirigido a jovens que tenham obtido qualificações ao nível do 12º ano, de cursos profissionais e licenciaturas, a jovens que estejam em situação de desemprego e inscritos no IEFP, sendo composto por vários painéis e temáticas. Alguns dos temas bordados centram-se na “Marca Pessoal”, no “Social Media” e no “Mercado de Trabalho”, direcionados para áreas como marketing pessoal, marketing digital, emprego e empreendedorismo. Esta iniciativa, que é desenvolvida em conjunto com entidades públicas e privadas, conta com especialistas nas áreas abordadas, sendo ainda disponibilizados espaços para a realização de entrevistas de trabalho.

- Uma nota acerca do que já se conseguiu obter através do “MaiaFinicia”. Com este programa, e em parceria com entidades financeiras, celebrámos 16 contratos de financiamento à constituição de empresas e ao apoio ao empreendedorismo, nomeadamente de Jovens do Concelho.

Partindo de um Fundo com o valor de 500.000 € no qual o Município teve um investimento de 120.000 €, reembolsável sem taxas nem juros, conseguimos atingir um total contratualizado de 590.000€ já que os últimos 3 contratos (90.000€) foram financiados com o reembolso dos restantes.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Ora isto atesta bem do sucesso do programa. Ademais, e mediante as Visitas de Acompanhamento "On the Spot" às empresas financiadas, foi possível apurar que, por exemplo, essas empresas dos 32 Colaboradores iniciais tinham passado para 76, o que representa um crescimento de 145% em termos de postos de trabalho.

De referir que todos os Empresários consideram o MaiaFinicia muito importante como mecanismo de apoio às empresas, sendo uma mais-valia para os Empresários e para o Concelho como fator de promoção da atividade económica. A heterogeneidade dos sectores de atividade e as localizações geográficas das empresas apoiadas, que se situam espalhadas por todo o Concelho, permitem concluir que os esforços efetuados com a promoção e divulgação do Programa, possibilitaram o acesso aos mais variados segmentos alvo.

- 7- Em anexo apresento um reporte acerca da situação financeira da Câmara Municipal, bem como uma relação descritiva dos designados "Passivos Contingentes".



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais – | 6.923.544,64 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.834.371,28 |

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 17 DE JUNHO DE 2014,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



ANEXO

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

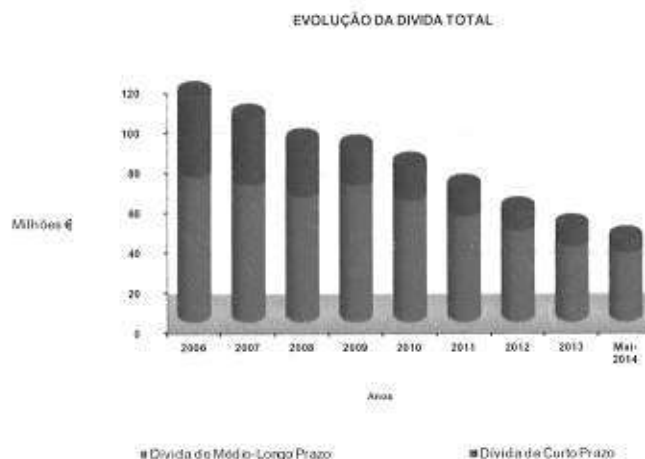
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

CAMARA MUNICIPAL ISOLADAMENTE

Quadro 1

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL							
	2010	2011	2012	2013	Mai-2014	2013/2014	2006/2014
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	34.126.731	-3.054.238	-38.005.795
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	5.675.822	-3.088.699	-34.522.545
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	39.802.553	-6.142.938	-72.528.340
Taxa de crescimento da dívida	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-13,4%		-64,6%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-8,2%		-52,7%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-35,2%		-85,9%

Gráfico 1



À data de 31 de maio de 2014 verifica-se que:

- ✓ A Dívida Total ascende a 39.802.553 €, o que representa um decréscimo de (-) 6.142.938 € face à dívida existente em 31 de Dezembro de 2013. Em termos percentuais tal decréscimo representa uma variação de (-) 13,4%.
- ✓ A Dívida de Médio e Longo Prazo ascende a 34.126.731 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.054.238 € face à Dívida de Médio e Longo Prazo existente no final de 2013. Em termos percentuais representa um decréscimo de (-) 8,2%.
- ✓ A Dívida de Curto Prazo ascende a 5.675.822 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.088.699 € face ao valor existente no final de 2013. Em termos percentuais representa um decréscimo (-) 35,2%.
- ✓ A Dívida Total reduziu cerca de 72.528.340 € desde 2006, o que representa um decréscimo de (-) 64,6 %.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 2

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2009	2010	2011	2012	2013	Mai-2014
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	66.376.618	58.919.838	51.457.484	43.988.556	36.493.707	33.545.201
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	45.012.095	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	17.360.594
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de ML P com o BTA no montante de 29.927.873,82	19.209.150	16.483.623	13.098.097	10.912.570	8.127.044	6.794.280
Empréstimo Bancário de ML P com BPI no montante de 20.000.000	13.950.147	11.933.530	8.916.912	7.900.205	5.883.677	4.875.368
Empréstimo Bancário de ML P ao abrigo do PREDE - 12.345.533	11.792.801	10.287.337	8.781.873	7.276.408	6.770.945	6.770.945
Banco Santander Total	6.774.588	5.269.124	3.763.050	2.258.106	752.732	752.732
Estado	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos sujeitos ao regime transitório para o endividamento excecionado	21.364.520	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	16.184.607
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Interpárias - como BTA no montante de 448.918,11	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de ML P com C G D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €						
Empréstimo Bancário de ML P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.429.716,06						
Empréstimo Bancário de ML P com o BSA - Complemento PER - no montante de 1.421.628,28	6.462.700	6.179.270	5.800.383	5.595.764	5.205.123	5.142.449
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - como C G D - no montante de 7.481.008,36€	4.241.906	3.974.635	3.707.701	3.439.883	3.166.447	3.029.328
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - como C G D - no montante de 21.007.737,65	10.659.914	10.061.443	9.462.497	8.803.654	8.250.471	7.992.831
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.533.123	1.321.858	1.110.193	898.727	687.262	581.630
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.533.123	1.321.858	1.110.193	898.727	687.262	581.630
Total da dívida de médio e longo prazo	87.909.741	69.241.496	62.567.656	44.887.233	37.180.969	34.126.731
Taxa de crescimento	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-8,2%

de Euro

À data de 31 de maio de 2014 verifica-se que:

- ✓ A dívida de médio e longo prazo apresenta para o período uma diminuição na ordem dos 3.054.238 euros, o que em termos percentuais se traduz em (-) 8,2%. O decréscimo é perfeitamente coerente com o escalonamento do serviço da dívida, mas também com a diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo.
- ✓ Do total dos empréstimos de médio e longo prazo, cerca de 48% correspondem a empréstimos contratados a 25 anos para financiamento da Habitação Social ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), atualmente não excecionados para efeitos de cumprimento do limite legal de endividamento.
- ✓ Cerca de 98% da dívida de médio e longo prazo encontra-se contratualizada através de empréstimos bancários, representando a dívida a fornecedores os restantes cerca de 2%.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Quadro 3

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						Variação	
	2010	2011	2012	2013	Mai-2014	Peso	2013/2014	2008/2014
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	216.708	3,6%	-290.531	-4.329.158
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.587.481	873.670	4.857.808	1.954.911	34,4%	-2.902.925	-30.683.486
Outros credores	4.715.248	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.504.205	61,7%	104.757	890.037
Total de Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.198.487	9.603.273	8.764.522	5.675.822	100,0%	-3.088.699	-34.522.588
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-35,2%			
Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	-57,3%			
Fornecedores imobilizado	-8,0%	-30,6%	-89,7%	821,1%	-59,8%			
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	3,1%			

Unidade

À data de 31 de maio de 2014 verifica-se:

- ✓ Uma variação de (-) 35,2% na dívida de curto prazo, o que em valor absoluto representa uma diminuição de (-) 3.088.699 €, influenciada sobretudo pela diminuição de (-) 2.902.925 € da rubrica de "Fornecedores imobilizado", já que as variações ocorridas nas duas restantes rubricas, embora não se compensem totalmente, introduzem um decréscimo líquido de apenas (-) 185.774 €.
- ✓ Que cerca de 62% da dívida de curto prazo é absorvida pelos "Outros credores", 34% pelos "Fornecedores de imobilizado" e 4% pelos "Fornecedores em c/c".

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

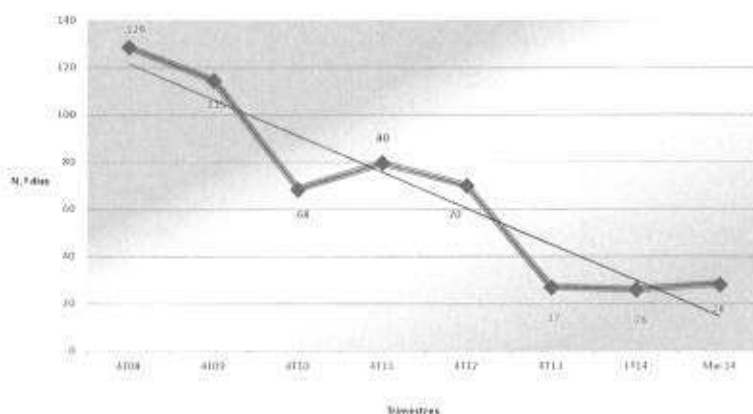
Quadro 4

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	1T14	Mai-14
$\frac{\sum DP}{\sum A} \times 360$	129	115	68	80	70	27	26	28

[1] O cálculo do prazo médio de pagamento é feito com base nos dados de 2008, segundo os dados de 2014.

Gráfico 2

Evolução do Prazo Médio Pagamento



- ✓ Em maio de 2014 o prazo médio de pagamento posicionou-se nos 28 dias, demonstrando uma tendência sistematicamente decrescente desde 2008.

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL (1.º trimestre 2014)

CAMARA MUNICIPAL INCLUINDO IMPACTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Tendo por referência a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e o novo conceito de Endividamento, que engloba a dívida total de operações orçamentais do município e das diversas entidades nas quais participa, foi calculado um novo limite de dívida que não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores,

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o primeiro trimestre de 2014, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo deste novo limite, designado de "Limite da Dívida Total", com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na atual Lei das Finanças Locais, e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Quadro 5

Un Euros

	Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos		
	2011	2012	2013
Município	56.020.745	56.928.774	53.881.244
SMAS	16.364.851	15.531.132	15.269.867
Total da Receita Cobrada Líquida	72.385.596	72.459.906	69.151.111
Média dos últimos três anos		71.332.204	
Limite da Dívida Total <=		106.998.307	

Posto isto, em resultado do enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento municipal e da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, insere-se um quadro resumo com a contribuição individual de cada uma das entidades, bem como do posicionamento do município face a este novo limite legalmente imposto.

Quadro 6

DIVIDA TOTAL				
	31Dez13	2014 1T	Varição (1T14)/(31Dez13)	Peso
CMM	45.982.855,09	42.646.119,50	-7,3%	41,91%
SMAS	19.891.332,45	19.703.352,75	-0,9%	19,36%
LIPOR	10.417.494,63	10.290.088,21	-1,2%	10,11%
AMP	0,00	538,65		0,00%
EMBM*	0,00	0,00		0,00%
ACAD ARTES	254.196,94	249.631,87	-1,8%	0,25%
MAIA AMBIENTE*				0,00%
ESPAÇO MUNICIPAL*				0,00%
TECMAIA (51%)	9.372.408,16	9.314.677,95	-0,6%	9,15%
MUNICIPA	53.543,96	57.457,92	7,3%	0,06%
NET	581,74	629,16	8,2%	0,00%
PRIMUS	139,43	139,36	0,0%	0,00%
PORTGAS*	0,00			0,00%
HOSPITAL LIDADOR	126.005,84	126.005,84	0,0%	0,12%
Fundação Conservatório de Música	126.075,07	171.229,82	35,8%	0,17%
Fundação da Juventude	73.095,86	73.095,86	0,0%	0,07%
Fundação do Desporto	93,09	93,68	0,6%	0,00%
AdePorto (*)	5.613,80	5.699,94	1,5%	0,01%
Cooperzoo	1.482,06	1.482,06	0,0%	0,00%
APCTP	110.542,63	110.542,63	0,0%	0,11%
Turismo do Porto e Norte, ER	9.841,20	10.620,65	7,9%	0,01%
ANMP	539,00	539,00	0,0%	0,00%
Maia Nova	0,00	0,00		0,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00%
FEI Maismo	6.540.572,60	6.540.572,60	0,0%	6,43%
FEI Maiegolf	9.046.681,51	9.046.681,51	0,0%	8,89%
FEI Praça Maior	3.184.901,54	3.404.237,28	6,9%	3,35%
Total Divida Total	105.197.996,59	101.753.436,23	-3,3%	100,00%
Limite para Divida Total	106.998.306,57	106.998.306,57	(Município + Smas)	
Margem	-1.800.309,98	-5.244.870,34		
Redução efectiva 2013/2014		-3.444.560,35		

(*) entidades que se encontram em equilíbrio de contas

A análise dos dados apresentados no quadro supra permite concluir que, apesar das profundas restrições impostas pelo novo quadro legislativo, para um limite de dívida total de 106.998.307 €, no final do primeiro trimestre de 2014 a dívida total do município atingiu o montante global de 101.753.436 €, posicionando-o abaixo do limite legal em (-) 5.244.870 €, não obstante o perimetro de entidades que contribuem para o seu apuramento ter alargado significativamente e não se excecionar qualquer tipo de endividamento.

Igualmente se regista que à data de 31 de Dezembro de 2013, a dívida total do município calculada com base nesta nova fórmula de cálculo, atingiu o montante global de 105.197.996,59 €, posicionando-o também abaixo do limite legal em (-) 1.800.309,98 €.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2013 verifica-se assim no final deste primeiro trimestre uma redução do montante global da dívida de (-) 3.444.560 €.



Handwritten signature in the top right corner of the page.

ANEXO

RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

maia
CÂMARA MUNICIPAL



RELACÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

A data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
1857/05.4TBMAL	Processo Judicial	António José Maia Moreira Torres	Acórdão Judicial
1332/11.8BEPRT	Processo Judicial	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Despacho Saneador
907/13.58EPR	Processo Judicial	Lusitânia - Companhia de Seguros	Aguarda Sentença
4364/12.5TBMAL	Processo Judicial	Portgreen - Construção e Manutenção de Jardins	Articulados
6887/11.4TBMAL-A	Processo Executivo	Condomínio Edifício Venepor	Sentença favorável (aguarda devolução da caução)
2687/13.5BEPRT	Processo Judicial	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	Articulados
916/12.1BEPRT	Processo Judicial	Construções Ferreira da Costa, S.A.	Recurso
3018/13.0BEPRT	Processo Judicial	Sindicato Nacional Administração Local	Articulados
3753/11.7BEPRT	Processo Judicial	Ana Rita Santos Moreira Fernandes	Articulados
738/13.2CEPRT	Processo Judicial	Gara-Milhas - Confecções, Lda	Prova Pericial
5343/12.8TBMAL	Processo Judicial	Adm. Condomínio D. Afonso Henriques/Folpredi - Construção II	Interviente Acidental - Pedido de documentos
403/11.5BEPRT	Processo Judicial	Gonçalo Óscar da Silva Martins	Articulados
1114/10.4TBMAL	Processo Judicial	António Malheiro Alves e Outros	Prova Pericial
3471/11.6BEPRT/AP.A	Processo Judicial	STAL e José Manuel Amorim Silva	Articulados
18/13.3BEPRT	Processo Judicial	STAL	Aguarda Sentença
985/10.9BEPRT	Processo Judicial	Helena Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Articulados
1761/10.4BEPRT	Processo Judicial	José Fernando Lopes Teixeira Silva	Articulados
382/13.4BEPRT	Processo Judicial	Augusto da Silva Pereira	Articulados
1508/11.8BEPRT	Processo Judicial	Cassiano Ribeiro/Eliana Marisa	Articulados
2533/11.4BEPRT	Processo Judicial	BP - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Articulados
3278/12.3BEPRT	Processo Judicial	Petróleos de Portugal - Petrolgal S.A.	Articulados
2101/07.5TBMAL	Processos Judicial	Mário Jorge Pinho Casimiro e Outros	Prova Pericial
1930/10.7BEPRT	Processo Judicial	Maria Clara Castro - Unipessoal, Lda	Sentença Favorável
3423/11.6BEPRT	Processo Judicial	Fernando Pedrosa, Lda e Outros	Audiência Prévia - Suspensão Instância 90 dias
2826/11.0BEPRT	Processo Judicial	Luis Fernandes Rodrigues	Articulados
870/11.7BEPRT	Processo Judicial	Portgás	Recurso
1098/13.7BEPRT	Processo Judicial	José da Mota Pereira e Outros	Articulados
2040/09.5TBMAL	Processo Judicial	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Negociação/Acordo
2118/09.5BEPRT	Processo Judicial	Sónia Maria Faria Gonçalves Santos	Aguarda Marcação Audiência Julgamento

**RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES**

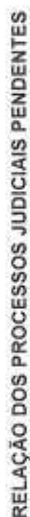
À data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
289/13.1BEPT	Processo Judicial	Liberty Seguros, S.A.	Julgamento
1073/11.6BEPT	Processo Judicial	A.J. Monteiro	Aguarda Sentença
690/08.6BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
501/09.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1674/09.2BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2030/09.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1708/07.5BEPT	Processos Judiciais	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Articulados
2756/09.6BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2115/04.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2041/04.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1079/01	Processo Judicial	Jaime Ribeiro & Filhos	Prova Pericial
3468/11.6BEPT	Processo Judicial	Matiz - Sociedade de Construções L.d.a/J.F. Milheirós	Interviente Acidental - Pedido de pagamento
826/09.0BEPT	Oposição à Execução Fiscal	44A - Imobiliária e Turismo	Aguarda inquirição Testemunhas
1726.10.6BEPT	Processo Judicial	Mais Maia - Promoção Imobiliária, Unipessoal, L.da	Aguarda Marcação Audiência Julgamento
2617/09.9BEPT	Processos Judiciais	JSP - Transportes de José Silva Pereira, Lda	Articulados
2568/10.4BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Prumo Certo Investimentos Imobiliários, L.da	Aguarda inquirição Testemunhas
2046/06.6BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
760/06.5BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1374/06.5BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
181/05.7BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2225/05.3BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2895/06.5BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1867/05.1BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1004/05.2BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
271/09.7BEPT-CB	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
430/09.2BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
919/09.3BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
921/09.5BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1442/09.1BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
4416/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
5697/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
7129/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
8419/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados

RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

A data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
9557/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
11359/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12845/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12655/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
14291/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2258/10e 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1604/08.98EPT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parcho	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.78EPT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
1442/09.18EPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
4416/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
5697/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
7129/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
8419/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
9557/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
11359/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12645/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12655/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
14291/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2258/10e 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1604/08.98EPT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parcho	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.78EPT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
646/04.88EPT	Oposição à Execução Fiscal	Ernesto S. Simão	Aguarda Sentença
1276/08.08EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1669/08.38EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
687/09.98EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1676/09.98EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2327/09.78EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3250/09.08EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
292/10.7	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
416/10.4	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
878/10.08EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1383/10.08EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2087/10.98EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3324/10.58EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1627/10.88EPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2049/05.88EPT	Ação Ad.comum de reconhecimento de direito	Renato Nuno Silva Azevedo	Sentença Favorável Municipal/ Recurso
1165/1998	Ação de processo ordinário	Maria Luisa Mendes de A. Chaves Ferreira	Execução Sentença



À data de 09/06/2014

414

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**Ponto 3.4**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Demais membros da mesa,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Começamos esta intervenção por manifestar a nossa aprovação pela oficialização do Programa Municipal de Emergência Social cujo regulamento aqui aprovaremos.

Entendemos que, bem vistas as condições sócio-económicas actuais, fruto da política de pobreza e de abdicação que a actual governação nos impõe, é muito importante que o poder autárquico, dentro dos seus condicionalismos, contribua para corrigir as cada vez mais gritantes assimetrias sociais, combatendo a pobreza.

Os ataques aos direitos dos cidadãos, o alastramento da precariedade em diversas dimensões das vidas da maioria das pessoas, a inevitável pobreza que daí advém – tanto mal feito pelo governo e pela maioria que o suporta, levará muito tempo a sanar. Bem sabemos, é muito fácil destruir, difícil é construir. A inteligência nem sempre se sobrepõe à força bruta, como a nossa realidade política comprova á saciedade. Por isso é muito relevante tudo o que o poder autárquico – ele próprio tão atacado e mal tratado por este governo – actue como contrapeso, minorando a miséria semeada por Passos, o irrevogável ministro e seus sequazes.

Deixamos porém um reparo que nos parece importante: nas condições previstas pelo regulamento, o acesso aos apoios de

emergência social só serão possíveis a agregados familiares em situações muito graves de pobreza. Naturalmente, copreendemos que os recursos são finitos. Ainda assim, reservar esta intervenção para situações extremas fará deste apoio um simples paliativo – importante, estamos certos, para quem a ele recorrer, mas em todo o caso, um paliativo. Ora, seria importante uma intervenção a montante que, mais do que o apoio em fim de linha, pudesse alavancar as pessoas que dele beneficiarão, num trabalho em rede, consertado com outras instituições, públicas ou não, que prestam apoio social, no sentido da superação das dificuldades e emancipação, num prazo razoável, dos apoios sociais. Política social é isto.

Para tal, minhas senhoras e meus senhores, seria necessário que este Programa de Emergência Social fosse mais audaz nos seus propósitos, que tivesse outra alocação de verbas e outro enquadramento político.

Não faremos uso de um discurso simplista e demagógico pedindo mundos e fundos. Mas é nosso dever, votando favoravelmente este regulamento, recordar o que já aqui enunciamos sobre a necessidade de priorizar o apoio social na linha de acção política desta Câmara Municipal, que na nossa opinião está ainda longe do que poderia e deveria ser. São opções políticas, é precisamente disso que se trata, e é por isso que devemos tornar bem claro o nosso pensamento sobre o assunto.

Os deputados da Coligação Democrática Unitária

Maia, 25 de Junho de 2014

*Sempre pela Maia*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor ^{Vice} Presidente da Câmara e Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Estimados Maiatos

O há muito esperado e questionado Programa Municipal de Emergência Social ganhou forma e está pronto a ser colocado em prática.

A Câmara Municipal da Maia ciente da progressiva degradação da situação socioeconómica de muitas famílias maiatas, consequência da crise económica e financeira que afeta a Europa e o País, assume-se como parte integrante neste combate às desigualdades sociais ao propiciar apoios aos seus munícipes em momentos de maior crise.

Este é um momento que exige aos serviços públicos e a todos aqueles que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a racionalização dos recursos contribuindo assim para uma maior eficiência dos instrumentos sociais e a adoção de medidas de carácter excecional que permitam satisfazer as necessidades básicas de vida, nomeadamente no que diz respeito à alimentação, habitação e saúde, numa situação de evidente emergência social.

Prosseguindo estes desideratos há longos anos, o Município da Maia implementou há 7 anos ~~atrás~~ os Gabinetes de Atendimento Integrado Local (GAIL), reconhecidos nacionalmente como uma boa prática social, cuja área de intervenção está especialmente direcionada para a ação social direta, constituindo-se como um espaço privilegiado de manifestação e diagnóstico das necessidades e dos problemas da população, através, nomeadamente, do atendimento e do acompanhamento social, visando apoiar os indivíduos e famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, permitindo, pela sua

proximidade às famílias e às pessoas, um acompanhamento mais presente, continuado e adequado aos que apresentam maiores evidências de necessidades.



Foi exatamente através dos G.A.I.L. (e da sua estrutura de base cuja extensão física ocupa todo o concelho da Maia) e aproveitando a experiência acumulada ao longo destes sete anos de intervenção social juntos dos agregados familiares mais carenciados, que foi implementado, no ano passado o **Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto**, destinado a disponibilizar um apoio financeiro excecional e temporário a agregados familiares em situação de emergência social grave. Este apoio, que terminou em 31 de dezembro de 2013, cifrou-se em €126.563,00 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e três euros) repartido no apoio à habitação (72%), nos cuidados de saúde (15.4%), na carência alimentar (12.2%) e no apoio à educação das crianças e jovens (0.4%). É através dos GAIL que vemos assegurado o trabalho contínuo de apoio a quem mais precisa.

No que concerne aos apoios alimentares, urge referir o importante trabalho desenvolvido pelo (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, programa promovido por esta Câmara Municipal em estreita colaboração com a Santa Casa da Misericórdia da Maia e as Juntas de Freguesia ~~(de Águas Santas e Pedrouços)~~, que acompanha mais de 600 agregados familiares através da distribuição de produtos alimentares provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome e também de campanhas próprias de recolha de alimentos. Este trabalho só faz sentido tendo presente a articulação com outras entidades e respostas sociais existentes no concelho, promovendo desta forma uma maior eficiência e eficácia na concessão dos apoios sociais.

É nesta sequência e tendo presente o atrás mencionado que se tornou premente criar um **Programa de Municipal de Emergência Social** no Município da Maia, de forma a disponibilizar um apoio financeiro excecional, pontual e temporário a

agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave, nomeadamente, no âmbito da habitação, dos cuidados de saúde e da carência alimentar.



Foi então neste seguimento que se criou o Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social, o qual esteve em período de discussão pública durante trinta dias, não tendo existido qualquer contributo ou pedido de alteração. Este é um Regulamento que assenta em critérios claros e rigorosos, devidamente regulamentados, contribuindo assim para a transparência e eficiência do erário público, no apoio à habitação e cuidados de saúde.

Importa referir, que o apoio à carência alimentar continuará a ser assegurado pelo (Re)Criar, a quem já foi atribuída uma verba para o efeito: melhorar e aumentar o número dos cabazes distribuídos, uma vez que a Câmara é a Entidade promotora, ou seja, para não existir duplicação de respostas.

No que concerne à esfera escolar, os apoios centram-se sobretudo na acção social escolar, pelo que, se entende a não duplicação de intervenções.

Mais uma vez, Senhor Presidente, soube a Câmara Municipal da Maia, através do pelouro da Solidariedade e Coesão Social ~~Ação Social~~, colocar-se ao Serviço da População, especialmente daqueles que num momento mais agudo da sua vida, vão precisar de quem lhes estenda a mão.

Estão os deputados desta Coligação, convictos de que, através da implementação de medidas como esta, irá esta edilidade continuar o trabalho de excelência desenvolvido até agora, para continuar a Ser uma referência para muitas famílias Maiatas.

A Deputada da Assembleia Municipal eleita pela Coligação Sempre pela Maia

Susana Filipa Coelho Rafael

25.junho.2014